ÁREA TEMÁTICA: Cooperativismo

AGRICULTURA FAMILIAR NO CENTRO-OESTE BRASILEIRO: INSERÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

Resumo

Este estudo analisa as condições organizacionais de cooperativas e associações da agricultura familiar nos estados de Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, com foco na formalização, industrialização e participação nos programas Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Utilizou-se abordagem de métodos mistos, com coleta de dados via questionários, entrevistas, análise documental, Processamento de Linguagem Natural (NLP) e análise de sensibilidade. Os resultados apontam baixa formalização, fragilidade na gestão e limitada industrialização, comprometendo o acesso aos mercados institucionais. Identificam-se experiências exitosas que evidenciam o potencial de investimentos em capacitação e integração cooperativa. O estudo contribui com indicadores para tomada de decisão e propõe ações estruturantes para fortalecer a cadeia de valor da agricultura familiar no Centro-Oeste.

Palavras-chave: Agricultura familiar; Diagnóstico atual; Centro-Oeste; Políticas Públicas.

Abstract

This study examines the organizational conditions of family farming cooperatives and associations in the states of Goiás, the Federal District, Mato Grosso, and Mato Grosso do Sul, with a focus on formalization, industrialization, and participation in the Food Acquisition Program (PAA) and the National School Feeding Program (PNAE). A mixed-methods approach was employed, utilizing data collection methods that included questionnaires, interviews, document analysis, Natural Language Processing (NLP), and sensitivity analysis. The results indicate low formalization, weak management, and limited industrialization, compromising access to institutional markets. Successful experiences are identified, highlighting the potential for investments in training and cooperative integration. The study provides indicators for informed decision-making and proposes structural actions to enhance the value chain of family farming in the Central-West region.

Keywords: Family farming; Current diagnosis; Midwest; Public policies.

1. Introdução

A agricultura familiar consolidou-se no Brasil com o PRONAF (1997), representando cerca de 77% dos estabelecimentos rurais (Antonio & Assis, 2023), e foi reforçada por iniciativas como o Programa Mais Gestão (MDA, 2023). Apesar de sua relevância social e econômica, o conceito ainda carrega limitações ligadas à lógica de integração capitalista, contrastando com práticas agroecológicas e de autoconsumo. No Centro-Oeste, mesmo sob forte influência do agronegócio, a agricultura familiar se destaca em cadeias como horticultura, avicultura, suinocultura e leite (Pires, 2025; Ipolito et al., 2025), embora modelos de subsistência sejam muitas vezes vistos de forma pejorativa, apesar de garantirem melhor alimentação às famílias. Programas como PAA e PNAE têm valorizado a produção local e a segurança alimentar, com destaque para o PNAE, que destina 30% da merenda escolar à agricultura familiar (Grisa & Schneider, 2014), ainda que persistam assimetrias regionais.

Tecnologias sociais e inovações organizacionais também contribuem para autonomia e inclusão produtiva (Franzoni, 2015; Bagattolli & Pezarico, 2025), mas enfrentam barreiras como infraestrutura precária, dependência de insumos externos e impactos climáticos (Ceretta et al., 2025; Coreta, 2025; De Araújo et al., 2021). Nesse cenário, estratégias de gestão e inovação tornam-se essenciais (Balsadi, 2015; Da Silva et al., 2025). Assim, este estudo analisa cooperativas e associações da agricultura familiar em Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, considerando formalização, empreendedorismo, industrialização e participação nos programas PAA e PNAE, com vistas a mapear gargalos e subsidiar políticas públicas mais eficazes e sustentáveis (Balsadi, 2015; MDA, 2023).

2. Metodologia

A região Centro-Oeste do Brasil, composta por Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e o Distrito Federal, ocupa cerca de 1.606.404 km², representando quase 19% do território nacional (Web, 2025). É a segunda maior região em extensão territorial, ficando atrás apenas da Norte, e abriga aproximadamente 15,6 milhões de habitantes (Matias, 2025), tornando-se a menos populosa do país. Brasília, a capital do Brasil, está situada nessa região, que apresenta uma vegetação característica do Cerrado, marcada por árvores de pequeno porte, troncos de casca grossa, galhos retorcidos e raízes profundas, adaptadas para extrair água do subsolo em períodos de seca. O norte de Mato Grosso é coberto pela floresta Amazônica, enquanto o sul de Mato Grosso do Sul é formado por campos propícios para a criação de gado. Já o Pantanal Mato-Grossense, localizado entre Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, destaca-se como uma grande planície alagável que abriga uma diversidade de formações vegetais, como matas, cerrados, palmáceas, xerófilas e campos, além de ser um dos símbolos da região devido à riqueza de suas paisagens.

O estudo analisou 39 organizações da região Centro-Oeste, selecionadas por acessibilidade ao pesquisador (Flick, 2009) e critérios como estrutura organizacional, experiência em programas institucionais, diversidade produtiva e grupos marginalizados como indígenas e quilombolas. Realizado entre dezembro de 2024 e maio de 2025, seguiu uma abordagem exploratória e descritiva, combinando métodos qualitativos e quantitativos para uma análise multidimensional (Creswell, 2010).

A pesquisa incluiu questionários estruturados para mapear práticas administrativas, entrevistas semiestruturadas para identificar desafios enfrentados e análise documental para validar informações (Yin, 2009). Foram considerados aspectos como formalização, número de cooperados e inserção em programas públicos, destacando dificuldades na regularização fundiária, acesso ao crédito e processos industriais.

Os questionários foram analisados utilizando o *Microsoft Excel*, permitindo a organização e a sistematização dos dados. Já as entrevistas foram examinadas por meio de técnicas avançadas de Processamento de Linguagem Natural (NLP), complementadas por uma análise documental, possibilitando a identificação de padrões e desafios estruturais (Minayo, 2011; Fernanda de Jesus et al., 2023). A triangulação metodológica proporcionou uma abordagem mais profunda e confiável à investigação, garantindo a convergência de diferentes perspectivas e fontes de informação (Elgammal et al., 2022). Além disso, a matriz SWOT permitiu identificar forças, fraquezas,

oportunidades e ameaças das organizações, fornecendo um diagnóstico estratégico para fortalecer a gestão e a sustentabilidade das organizações pesquisadas diante de desafios futuros (Filho et al., 2022).

Em resumo, nos Quadros 1, 2 e 3 foram apresentadas as informações sobre os documentos utilizados, incluindo citações de entrevistas, resultados detalhados dos questionários e uma explicação do uso das técnicas de análise de conteúdo, NLP, análise semântica e mapas de sentimentos e análise de sensibilidade computacional, além de como essas técnicas contribuíram para os resultados do diagnóstico.

Quadro 1. Documentos e Fontes de Dados Utilizados na Pesquisa.

Tipo de Documento	Descrição	Exemplos ou Detalhes Relevantes
Questionários de Pré-Diagnóstico	Instrumento estruturado para coletar indicadores de gestão, estrutura organizacional, desempenho, entre outros aspectos que permitiram mensurar o perfil gerencial das organizações.	Aplicados a 39 organizações de diferentes estados da região Centro-Oeste, cobrindo tópicos como acesso a crédito, formalização, estratégias de mercado, governança.
Entrevistas Semiestruturadas	Conduzidas presencialmente por equipes de analistas organizacionais com gestores de cooperativas e associações, guiadas por roteiros validados, com foco em desafios de gestão, acesso a programas, estratégias de mercado, entre outros.	Transcritas para análise, permitiram obter percepções qualitativas aprofundadas sobre necessidades, obstáculos e boas práticas internas.
Relatórios Gerenciais e Atas de Reuniões	Documentos internos e registros internos coletados durante visitas de campo, utilizados para validar e complementar as informações obtidas nas entrevistas e questionários.	Incluem registros de reuniões, relatórios de atividades, atas e outros documentos que evidenciam processos internos e decisões administrativas.
Documentação Institucional e Estudos de Caso	Relatórios técnicos, documentação de projetos, artigos científicos, estudos de caso que embasam o conhecimento teórico e ampliam o entendimento do cenário.	Fornecem respaldo sobre melhores práticas, políticas públicas específicas e experiências de sucesso na região centro-oeste.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Em seguida, destacam-se os quotes representativos das entrevistas que são trechos exemplares que ilustram percepções dos gestores, reforçando os temas emergentes do diagnóstico.

- *"A maior dificuldade que enfrentamos é a burocracia para conseguir acesso aos incentivos públicos. Muitas vezes, os documentos exigidos são complexos e desgastantes." (Gestor de cooperativa, Goiás).*
- *"Precisamos de capacitação mais contínua, especialmente em gestão financeira e comercial, para poder expandir nossos mercados." (Líder de associação, Mato Grosso).*
- *"A formalização é uma etapa que demanda tempo e recursos que a nossa organização ainda não consegue investir integralmente." (Representante de organização, Distrito Federal).*
- *"A industrialização dos nossos produtos é uma oportunidade, mas carecemos de apoio técnico e equipamentos adequados." (Gestor de cooperativa, Mato Grosso do Sul).*

Para garantir a melhor compreensão da seção a seguir, em terceiro, o Quadro 2 ressalta os resultados alcançados por meio dos Questionários.

Quadro 2. Breve descrição dos achados da pesquisa.

Área Avaliada	Resultados Principais	Aspectos Destacados
Estrutura Organizacional	Grande variação no porte e nível de formalização, influenciando o acesso a recursos.	Organizações maiores e mais formalizadas apresentam mais facilidade em acessar programas e crédito.
Gestão	Indicadores de práticas de gestão apresentaram baixa capacitação técnica e recursos limitados.	Necessidade de treinamentos específicos em gestão, planejamento e administração financeira.
Acesso a Programas Governamentais	Relação direta entre tamanho/estrutura e capacidade de participação.	Organizações consolidadas conquistam maior parcela de recursos públicos devido à regularidade e estrutura.
Potencial de Valor Agregado	Ainda incipiente, mas com grande potencial de crescimento, especialmente na industrialização.	O processamento de produtos como babaçu, mandioca e hortaliças apresenta potencial de ampliação com suporte técnico.

Fonte: Elaborado pelos autores.

O Quadro 3 exemplifica as Técnicas de Análise e Sua Contribuição para o diagnóstico.

Quadro 3. Técnicas de análise de dados.

Técnica	Como foi utilizada	Contribuições
Análise de Conteúdo	Aplicada às transcrições das entrevistas e aos documentos internos, usando categorias pré-definidas e emergentes.	Permitiu identificar temas recorrentes como dificuldades burocráticas, necessidade de capacitação, potencial de industrialização.
Processamento de Linguagem Natural (NLP)	Ferramenta automatizada que realizou tokenização, lematização, extração de palavras-chave, análise de concorrências e relacionamentos semânticos.	Facilitou o processamento de grandes volumes de textos, identificando termos-chave e padrões frequentes de forma rápida e eficiente.
Análise Semântica e Mapas de Sentimentos	Mapeamento semântico para relacionar palavras e categorias, detectando tonalidades positivas, negativas ou neutras no conteúdo textual.	Ajudou a compreender o clima emocional das organizações frente às dificuldades ou boas práticas, a fim de orientar estratégias de intervenção.
Análise de Sensibilidade Computacional	Modelagem estatística com uso de simulações para verificar o impacto de variáveis como número de cooperados, recursos financeiros e grau de formalização nas oportunidades de acesso a incentivos públicos.	Forneceu insights sobre variáveis mais influentes, apoiando recomendações de ações estratégicas de fortalecimento.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Como contribuição geral dessas técnicas, incluem-se:

- ✓ Extração eficiente de grandes volumes de dados qualitativos: A NLP possibilitou identificar e classificar automaticamente termos e temas, que seriam trabalhosamente reconhecidos manualmente.
- ✓ Complementaridade entre análise qualitativa e quantitativa: A combinação permitiu cruzar percepções subjetivas com indicadores objetivos, proporcionando uma compreensão holística do cenário.

- ✓ Apoio na tomada de decisão: A análise de sensibilidade ajudou a orientar políticas específicas, apontando quais variáveis devem ser priorizadas para maximizar o acesso aos benefícios públicos e o fortalecimento das organizações.

3. Resultados e Discussão

No Centro-Oeste brasileiro, o diagnóstico realizado com 39 organizações da agricultura familiar revela uma expressiva diversidade de estratégias produtivas, com forte heterogeneidade na composição dos empreendimentos. Essa diversidade abrange desde a produção de alimentos in natura, como hortaliças, frutas, grãos e mel, até iniciativas mais estruturadas que investem na industrialização de alimentos, possibilitando maior agregação de valor. Tal padrão confirma a coexistência de formas produtivas tradicionais com empreendimentos em transição para estágios mais avançados de beneficiamento, alinhando-se ao que Fonseca et al. (2024) descreveram como "maturidade diferenciada dos arranjos produtivos familiares" nas regiões agrícolas do Brasil Central.

De forma geral, predomina a comercialização de produtos com baixo grau de processamento, como banana, mandioca, hortaliças, mel e arroz, sendo destinados majoritariamente ao consumo direto. A exemplo disso, a COOPERCAP e a COOPEROZIEL operam com cadeias simples, enfrentando os desafios típicos de perecibilidade e baixa margem de lucro. Esses empreendimentos reforçam as constatações de Camargo et al. (2024), que destacam como a limitação tecnológica e a dependência de infraestrutura logística comprometem a competitividade dos produtos in natura em mercados mais exigentes.

Por outro lado, as organizações que apostam na industrialização de produtos agroalimentares demonstram maior capacidade de diversificação, inovação e valorização dos seus itens. A COOPLAF, por exemplo, destaca-se ao processar leite, hortaliças e castanha de baru em diferentes formas, como rapadura, paçoca, farinha e derivados lácteos. Já a AMAPV transforma a castanha de baru em versões torrada, in natura e em farelo da polpa, ampliando seu potencial de mercado. Essas estratégias demonstram, como observado por Rebollar et al. (2025), que empreendimentos com estrutura mínima de agroindustrialização e apoio técnico conseguem não apenas agregar valor, mas também acessar nichos de mercado, como o institucional (PAA/PNAE), e consolidar cadeias curtas de comercialização com maior rentabilidade.

Ainda, a presença de agroindústrias nas associações e cooperativas tende a favorecer a permanência dos empreendimentos nos mercados públicos e privados. A Associação FLOPUCAM, com produção diversificada de arroz, feijão, hortaliças e derivados, e a ACAPROL, com foco em leite, frutas e hortaliças processadas, são exemplos dessa dinâmica. Conforme evidenciado por Fellipe (2024), o fortalecimento dessas organizações passa pela construção de capacidades de gestão, pela inovação no uso de tecnologias apropriadas e pela articulação política para participação nas políticas públicas de compras governamentais.

A ausência de infraestrutura básica, aliada à dificuldade de acesso ao crédito como o PRONAF, representa um entrave à expansão da agroindustrialização em pequena escala, como também aponta o relatório da UFRRJ (2022). Nesse contexto, fomentar a instalação de agroindústrias

familiares e comunitárias, com apoio técnico continuado, acesso a equipamentos apropriados e capacitação em gestão e comercialização, aparece como estratégia essencial para a sustentabilidade socioeconômica desses empreendimentos. Essa recomendação está em consonância com os apontamentos de Dialnet (2023) e com o balanço do Programa Mais Gestão (Pedrinha Nascimento et al., 2025), que reforçam a importância do apoio institucional e da cooperação intersetorial no fortalecimento da agricultura familiar organizada.

3.1 Região do estado de Goiás

No estado de Goiás, foram analisados dez empreendimentos da agricultura familiar, sendo 45% cooperativas e 55%. Observa-se uma predominância de organizações com baixo grau de formalização institucional, aspecto que, segundo Lobato et al. (2025), compromete diretamente a autonomia e a capacidade de inserção em políticas públicas por parte das organizações da agricultura familiar. Apenas uma das entidades é reconhecida como pertencente a povos e comunidades tradicionais, o que revela uma lacuna de reconhecimento identitário e jurídico dessas populações (Dialnet, 2023).

Além disso, há significativa disparidade no número de associados entre as entidades: a ACAPROL concentra 159 membros (35,5%), enquanto a AMAPV conta com apenas 10 associadas (2,2%). Essa assimetria indica, segundo Fonseca et al. (2021), desafios para a gestão democrática e a representatividade interna, impactando negativamente o engajamento coletivo e a efetividade da organização social.

Com relação à industrialização da produção, apenas três organizações (AMAPV, A.P.P.R.T. e FLOPUCAM) realizam algum tipo de beneficiamento. A ausência de estrutura agroindustrial limita a agregação de valor e dificulta o acesso a mercados institucionais e privados, conforme apontado por Silva et al. (2023), para quem a transformação de produtos in natura é essencial à sustentabilidade econômica das cooperativas.

No que tange ao acesso a políticas públicas, os dados demonstram que apenas três organizações acessaram o PAA, somando R$ 1.165.996,29. Quanto ao PNAE, três organizações participaram, mas com valores ainda limitados, como ocorre com ACAPROL (R$ 47.091,59) e COAPRI (R$ 119.958,16). Triches e Schneider (2010) destacam que o acesso ao PNAE depende fortemente da capacidade de planejamento e de articulação institucional das cooperativas, algo ainda frágil em muitas regiões.

Alguns autores (Carvalho, 2025; Schwanke et al., 2024) argumentam que a baixa qualificação técnica, a fragilidade gerencial e a falta de acesso a linhas de crédito e assistência técnica são obstáculos recorrentes para a inserção em programas governamentais. Esses entraves se somam à pouca interlocução com os gestores municipais, o que contribui para a exclusão dos agricultores dos processos decisórios e da definição de demandas locais (Caderno Pedagógico MDA, 2025).

Diante desse cenário, recomenda-se:

- a elaboração de um plano de fortalecimento institucional com foco na formação gerencial e contábil;
- o incentivo à agroindustrialização por meio de infraestrutura, assistência técnica e acesso a crédito;

- e a criação de redes de cooperação entre os empreendimentos, conforme defendem Fellipe (2024) e Fonseca et al. (2021), como estratégia para reduzir vulnerabilidades e ampliar o poder de barganha no mercado.

O fortalecimento das capacidades internas e a valorização dos saberes locais são elementos fundamentais para ampliar a inserção dos empreendimentos da agricultura familiar nos mercados e políticas públicas, promovendo o desenvolvimento territorial sustentável.

3.2 Região Integrada de Desenvolvimento e Entorno do Distrito Federal (RIDE)

A análise das atividades produtivas dos empreendimentos mapeados no Distrito Federal revela que a maioria das organizações ainda não realiza a industrialização de seus produtos. Dos dez empreendimentos analisados, apenas três apresentam algum nível de processamento, enquanto os demais comercializam produtos in natura ou não informaram práticas de beneficiamento. Essa limitação compromete a agregação de valor e restringe o acesso a mercados mais exigentes, conforme apontado por Fonseca et al. (2021), que identificam a falta de beneficiamento como um dos principais entraves à valorização da produção na agricultura familiar.

Na região da RIDE, foram identificados dez empreendimentos da agricultura familiar, somando um total de 1.266 membros. A maioria dessas organizações (70%) tem origem em assentamentos rurais, evidenciando o papel central da reforma agrária na estrutura produtiva local. No entanto, os tomadores de decisão precisam reconhecer formalmente as cooperativas e associações que enfrentam dificuldades para se enquadrar nos requisitos de acesso às políticas públicas. Essa constatação é corroborada por Schwanke et al. (2024), que destacam a assimetria entre a existência formal de políticas públicas e a capacidade real de acesso por parte das organizações de base.

No Distrito Federal, o nível de industrialização dos empreendimentos da agricultura familiar permanece relativamente baixo. Dos dez empreendimentos analisados na região da RIDE, apenas três realizam algum nível de processamento de seus produtos, enquanto os demais comercializam itens in natura ou não informam práticas de transformação. Em regiões da RIDE denominadas DF1, nenhum dos empreendimentos realiza industrialização, atuando majoritariamente na produção de frutas, verduras, legumes e tubérculos. Já em áreas classificadas como DF2, três dos cinco empreendimentos realizam processamento, incluindo a produção de polpas de frutas e conservas, agregando valor à produção, conforme recomendam Triches e Schneider (2010), ao defenderem a importância da reterritorialização dos circuitos agroalimentares via mercados institucionais.

Assim, o nível de industrialização no Distrito Federal pode ser considerado limitado, com a maior parte das organizações concentrada na comercialização de produtos in natura, sendo apenas uma parcela reduzida responsável pelo processamento dos alimentos.

Apesar das limitações produtivas, destaca-se a expressiva participação das organizações nos programas governamentais. No PAA, foram movimentados R$ 2.360.000,00, com protagonismo da Cooperativa de Produção e Comercialização Agroecológica Carajás (COOPERCARAJÁS), responsável por R$ 1.192.000,00, e da Cooperativa de Desenvolvimento Agroindustrial e Assistência Técnica a Produtores Rurais (COODATER), com R$ 1.168.000,00. No PNAE, o total acessado foi de R$ 3.039.955,97, com

destaque para a Associação Mista dos Agricultores Familiares, Orgânicos e Produtores Rurais do Distrito Federal e Entorno (AMISTA), que movimentou R$ 2.239.998,32, seguida novamente pela COODATER, com R$ 799.957,65. Essa atuação reforça os achados de Fellipe (2024), que identifica nas compras institucionais um dos principais canais de comercialização da agricultura familiar, especialmente quando há apoio técnico e organizacional.

Entre os principais desafios identificados, destacam-se: (i) deficiências de infraestrutura produtiva; (ii) ausência de regularização fundiária; e (iii) carência de formação técnica dos associados. Esses entraves são amplamente descritos por Lobato et al. (2025), que ressaltam a necessidade de políticas estruturantes voltadas ao fortalecimento institucional das organizações. Em contrapartida, identificam-se oportunidades concretas para o fortalecimento da agricultura familiar na região, especialmente por meio de investimentos em agroindustrialização, ampliação da assistência técnica, estímulo à certificação de produtos e valorização de práticas sustentáveis (Fonseca et al., 2021; Triches & Schneider, 2010).

Os líderes das cooperativas e associações anseiam por ações integradas que favoreçam a inclusão produtiva, a ampliação do valor agregado da produção e a consolidação da presença dos empreendimentos nos mercados institucionais e privados. Como recomenda Schwanke et al. (2024), essa transformação requer um plano articulado entre assistência técnica, acesso ao crédito e redes de cooperação interorganizacionais.

3.3 Região do estado de Mato Grosso

No estado de Mato Grosso, foram avaliadas 16 organizações da agricultura familiar, com predominância de associações (75%), o que evidencia a preferência por formas organizacionais menos complexas do ponto de vista jurídico-institucional, como já indicado por Carvalho (2025) ao discutir a flexibilidade das associações frente às exigências burocráticas das cooperativas. A amostra analisada contempla uma expressiva diversidade étnica e cultural, incluindo grupos quilombolas, indígenas, mulheres agricultoras e jovens rurais, refletindo a pluralidade dos sujeitos sociais envolvidos na agricultura familiar brasileira (Schwanke et al., 2024; Triches & Schneider, 2010).

Apesar dessa diversidade, apenas quatro empreendimentos são oficialmente reconhecidos como pertencentes a povos e comunidades tradicionais, o que compromete o acesso a políticas públicas específicas. Tal dificuldade de enquadramento institucional é frequentemente associada à fragilidade jurídica dessas organizações e à morosidade dos processos de certificação e reconhecimento, conforme discutido por Fellipe (2024) e Lobato et al. (2025). Ainda assim, entidades como a ACORQUIRIM e a ASPRUVAB demonstram significativa capacidade de mobilização e articulação, acessando recursos e mercados mesmo diante de desafios como escassez de infraestrutura e baixa assistência técnica.

Em relação à industrialização, os empreendimentos apresentaram diferentes estágios. Enquanto muitas organizações ainda comercializam produtos in natura, algumas se destacam por promover o beneficiamento dos produtos, como a COOPLAF, que processa leite, hortifrutigranjeiros e derivados (como iogurtes, queijos e manteiga), e outras como AMAPV, APPPRT e FLOPUCAM, que produzem açúcar mascavo, rapadura, cachaça, farinha de mandioca, arroz e feijão. A agregação de valor via

agroindustrialização é apontada por Fonseca et al. (2021) como um dos principais caminhos para o fortalecimento da agricultura familiar, pois amplia as margens de comercialização e permite a inserção em novos mercados.

No entanto, a maior parte das organizações ainda opera com produtos in natura, indicando um estágio intermediário de industrialização no estado, mas com tendência de crescimento à medida que políticas públicas e parcerias estratégicas são melhor aproveitadas (MDA, 2023; Triches & Schneider, 2010).

Quanto à inserção em políticas públicas, seis organizações acessaram o PAA, somando R$ 1.990.000,00. Destaque para a APRO (R$ 780.000,00) e a ASPRUVAB (R$ 550.000,00), que apresentam maior regularidade e capacidade de fornecimento. Já outras organizações como AGRIFAM, APIC e AGRIVERDE receberam valores mais modestos, o que reflete diferentes níveis de maturidade e estruturação organizacional (Lobato et al., 2025). No PNAE, apenas a COOPFAMI (R$ 1.200.000,00) e a COOPARAS (R$ 15.000,00) acessaram recursos, evidenciando grande disparidade no acesso, frequentemente explicada por barreiras documentais e logísticas (Fellipe, 2024).

A baixa participação da maioria dos empreendimentos nos programas PAA e PNAE revela desafios relacionados à burocracia, insuficiência de capacitação técnica e dificuldades de organização logística. Contudo, a contínua demanda das escolas e instituições públicas por alimentos da agricultura familiar aponta para uma oportunidade significativa de expansão (MDA, 2023).

Diante disso, recomenda-se que o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar concentre esforços em políticas estruturantes, incluindo capacitação gerencial, assistência técnica permanente, acesso ao crédito e apoio à infraestrutura produtiva (Schwanke et al., 2024; Fonseca et al., 2021). Além disso, é necessário fortalecer processos de certificação, estimular a agroindustrialização em pequena escala e ampliar parcerias com instituições de ensino e pesquisa para transferência tecnológica, conforme indicam Triches e Schneider (2010). Tais medidas são essenciais para reduzir as assimetrias entre organizações mais e menos estruturadas e consolidar a economia solidária como vetor de desenvolvimento regional.

3.4 Região do estado de Mato Grosso do Sul

A análise dos empreendimentos da agricultura familiar no estado de Mato Grosso do Sul visa traçar um panorama abrangente das organizações produtivas locais, evidenciando sua estrutura, características, desafios e potencial de desenvolvimento. A análise contemplou cooperativas e associações, observando suas formas de organização, vínculos com assentamentos rurais, presença de povos e comunidades tradicionais, acesso a políticas públicas e estratégias de comercialização, inclusive industrialização da produção, como sugerem os critérios analíticos de Schwanke et al. (2024) e Fonseca et al. (2021).

Verificou-se a predominância de associações como principal forma de organização dos agricultores familiares, com apenas uma cooperativa identificada entre os quatro empreendimentos analisados. A Cooperativa Agrícola Mista da Pecuária de Corte e Leiteira e da Agricultura Familiar (COOPLAF), sediada em Terenos, é a única cooperativa e se destaca por sua atuação em diferentes frentes produtivos, como pecuária de corte, leite e agricultura. Essa estrutura mais robusta favorece o acesso a mercados

institucionais e maior inserção comercial (Carvalho, 2025; Triches & Schneider, 2010).

Por outro lado, as associações localizadas em Iguatemi, Associação dos Pequenos Agricultores Familiares do PA Colorado, Associação Feminina do Rancho Loma (AFERAL) e Associação das Mulheres Produtoras Rurais Unidas do Assentamento Nossa Senhora Auxiliadora (AMPRU), representam iniciativas locais, com forte presença feminina em dois casos, sinalizando a relevância do empreendedorismo feminino na região, uma tendência observada em diversos estudos sobre a feminização da agricultura familiar (Lobato et al., 2025).

A disparidade entre a cooperativa e as associações também se evidencia no número de membros: a COOPLAF reúne 501 cooperados, enquanto as demais variam entre 6 e 48 associados. Essa concentração revela assimetrias na capacidade de mobilização, estrutura organizacional e acesso a recursos**,** reforçando a necessidade de estratégias específicas para fortalecimento das associações de menor porte (Fellipe, 2024). A ausência de povos e comunidades tradicionais formalizados entre os empreendimentos analisados limita o acesso a políticas públicas específicas voltadas à diversidade sociocultural do campo (MDA, 2023).

Outro aspecto relevante diz respeito à industrialização da produção. A COOPLAF é a única que realiza beneficiamento de seus produtos**,** atuando com leite e hortifrutigranjeiros, o que agrega valor à produção e amplia as possibilidades de inserção no mercado (Fonseca et al., 2021). Já as associações lidam com produtos *in natura* ou de curta validade – como frango semi-caipira, mel, pães e doces, enfrentando desafios como escalabilidade, certificações sanitárias e escoamento da produção. A ausência de estruturas para agroindustrialização limita o alcance dessas iniciativas em mercados institucionais ou de grande porte (Triches & Schneider, 2010).

Em relação ao acesso aos programas públicos**,** a COOPLAF novamente se sobressai, movimentando R$ 1.032.504,05 nos programas PAA e PNAE, enquanto as associações apresentam valores significativamente menores. Essa concentração revela a importância dos programas para a sustentabilidade financeira das organizações, mas também evidencia a necessidade de ampliar a inclusão das associações por meio de capacitação técnica, assessoria e apoio à formalização (MDA, 2023; Schwanke et al., 2024).

Todos os empreendimentos analisados têm origem em assentamentos rurais, reforçando o papel central dessas comunidades na organização da produção e no desenvolvimento territorial. Contudo, o baixo grau de institucionalização, as fragilidades de gestão e a limitada infraestrutura evidenciam entraves estruturais que demandam políticas públicas integradas e ações de apoio continuado (Fellipe, 2024).

Recomenda-se, nesse sentido, um plano de ação articulado que contemple:

- Capacitação intensiva dos gestores e associados;
- Estímulo à formalização de cooperativas**;**
- Fortalecimento de redes regionais de cooperação**;**
- Investimentos em infraestrutura física e tecnológica**;**
- Campanhas de reconhecimento de comunidades tradicionais**;**
- Ações de qualificação gerencial voltadas à autonomia econômica.

Essas medidas podem fortalecer a agricultura familiar no Mato Grosso do Sul, ampliando sua inclusão produtiva e consolidando sua presença nos mercados institucionais e privados.

A distinção entre produção in natura e industrialização evidencia o potencial de agregação de valor pelo beneficiamento, ampliando renda e competitividade da agricultura familiar (Junior, 2010). A origem dos empreendimentos, como assentamentos ou comunidades tradicionais, influencia o acesso a políticas públicas conforme sua formalização (Azevedo & Pessôa, 2011).

Os desafios estruturais incluem crédito, qualificação, sucessão rural e parcerias, agravados pelo envelhecimento da população e êxodo dos jovens, o que exige investimentos em capacitação e infraestrutura (Chidichima, 2014). O fortalecimento institucional e da gestão, com capacitação de lideranças e técnicos, é essencial para ampliar acesso a financiamentos e reduzir desigualdades regionais, como apontam Bacelar & Favareto (2020) e Bruno (2016).

Apesar de avanços, comunidades tradicionais ainda enfrentam lacunas de reconhecimento jurídico (Azevedo & Pessôa, 2011), enquanto a industrialização e certificação sanitária revelam grande potencial de desenvolvimento (Junior, 2010). Programas como PAA e PNAE concentram recursos em organizações estruturadas, como COOPLAF e COOPFAMI, indicando a necessidade de maior inclusão de pequenos empreendimentos por meio de apoio técnico e simplificação burocrática (Aquino et al., 2018).

Nesse cenário multifacetado, estratégias como capacitação, assistência técnica, certificação, redes de cooperação e fortalecimento institucional são fundamentais para promover evolução sustentável da agricultura familiar (Balsadi, 2015; Schneider et al., 2021).

3.5 Análise de Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças (Matriz SWOT)

Com intuito de potencializar o formalismo, as demandas por empreendimentos, industrialização e acesso aos diferentes programas do governo a fim de fortalecer a agricultura familiar na região Centro-Oeste, foi utilizada a matriz SWOT (Filho et al., 2022) como ferramenta estratégica essencial para identificar de forma estruturada os fatores internos (forças e fraquezas) e externos (oportunidades e ameaças) que influenciam o desempenho das organizações da agricultura familiar. Sua aplicação contribui para uma compreensão abrangente das condições regionais, apoiando a formulação de ações mais eficazes de fortalecimento institucional e desenvolvimento territorial.

No Quadro 4, apresenta-se a análise SWOT regionalizada das quatro regiões contempladas pelo estudo, permitindo uma comparação entre elas. A matriz SWOT permitiu cruzar e subsidiar as estratégias específicas conforme os contextos locais.

Quadro 4. Matriz SWOT regionalizada.

Região	Forças	Fraquezas	Oportunidades	Ameaças
Goiás	- Diversidade organizacional (cooperativas, associações, grupos	- Desigualdade na mobilização (AMAPV com apenas 10 membros)	- Capacitação e apoio técnico - Incentivo à industrialização	- Burocracia no acesso a financiamentos - Concentração de recursos em

	informais) - Organizações robustas como a ACAPROL com alto número de cooperados	- Baixa formalização de comunidades tradicionais	e agregação de valor	poucas organizações pode acentuar desigualdades
RIDE	- Organizações com forte mobilização (AMISTA com 273 cooperados) - Diversidade de modelos organizacionais	- Organizações pequenas com baixa adesão (Associação Agroecológica das Mulheres Rurais do Assentamento Canaã-AAMRAC, Associação dos Agricultores Familiares Assentados no Projeto de Assentamento-ALVORADA II) - Ausência de formalização de comunidades tradicionais	- Potencial de expansão em programas como PNAE e PAA - Estímulo à formalização e capacitação para organizações menores	- Concentração de recursos em grandes empreendimentos - Vulnerabilidade diante de mudanças em políticas públicas
Mato Grosso	- Diversidade étnico-organizacional (quilombolas, indígenas, mulheres) - Organizações como Associação da Comunidade Negra Rural Quilombo Ribeirão da Mutuca-ACORQUIRIM com boa capacidade de acesso a crédito	- Organizações com baixa adesão e fragilidade estrutural (Cooperativa Agropecuária Mista de Santo Antônio de Leverger-COOPAMSAL, Associação Produtiva Indígena Chiquitano-APIC) - Apenas 25% reconhecidas como tradicionais	- Investimento em capacitação e estruturação - Fortalecimento da industrialização e agregação de valor	- Concorrência com organizações maiores - Dificuldades para superar barreiras burocráticas
Mato Grosso do Sul	- COOPLAF com 501 cooperados e boa capacidade de inserção nos programas PAA e PNAE	- Associações com baixa mobilização e representatividade (ex: Associação das Mulheres Produtoras Rurais Unidas do Assentamento Nossa Senhora Auxiliadora-AMPRU com apenas 6 membros) - Ausência de reconhecimento formal de povos tradicionais	- Capacitação e formalização para equilibrar disparidades - Melhoria da infraestrutura para industrialização	- Dependência de um único modelo robusto (COOPLAF) - Concentração de recursos e instabilidade de políticas públicas

Fonte: Elaborado pelos autores.

Por fim, a matriz SWOT permitiu uma visão clara das potencialidades e fragilidades de cada região, favorecendo o direcionamento de políticas públicas e estratégias de desenvolvimento adaptadas a cada contexto estadual e regional.

3.6 Limitações do Estudo

Embora este estudo tenha ampliado a compreensão sobre as cooperativas e associações da agricultura familiar no Centro-Oeste, suas conclusões devem ser interpretadas com cautela devido às limitações como o recorte temporal específico (dez/2024 a mai/2025), dados incompletos de 11 organizações nos programas PAA e PNAE, heterogeneidade entre empreendimentos, representatividade restrita (39 organizações), dependência de informações autorreferidas, desigualdade no detalhamento entre Estados, limitações documentais e de processamento de linguagem natural, além da ausência de indicadores longitudinais. Reconhecer essas restrições é essencial para aprimorar futuras pesquisas e fortalecer a agricultura familiar com análises mais precisas e representativas.

Considerando as limitações apontadas, futuras pesquisas podem fortalecer a agricultura familiar por meio de estudos longitudinais e de impacto que avaliem a efetividade de políticas como PAA e PNAE, análises comparativas entre regiões e biomas, investigações voltadas a povos e comunidades tradicionais, uso de inteligência artificial para diagnósticos e gestão, aprofundamento em modelos de governança e cultura organizacional, além da incorporação de indicadores socioambientais relacionados a gênero, juventude, sustentabilidade e resiliência climática. Essas linhas de investigação podem contribuir para modelos mais robustos, inclusivos e sustentáveis, alinhados às demandas de justiça social, segurança alimentar e transição ecológica.

4 Considerações Finais

O estudo revelou a complexidade e heterogeneidade das organizações da agricultura familiar no Centro-Oeste, analisando 39 empreendimentos em Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, onde se destacaram fragilidades institucionais, baixa formalização e dificuldades de acesso a políticas públicas, mas também experiências exitosas como ACAPROL, COOPERCARAJÁS e COODATER, que mostram o potencial da gestão fortalecida para ampliar mercados e inclusão produtiva. A robustez organizacional, expressa em número de cooperados, capacidade de gestão, formalização e industrialização, mostrou-se decisiva para inserção em programas como PAA e PNAE, evidenciando a necessidade de estratégias integradas de capacitação, infraestrutura, industrialização e governança participativa. Conclui-se que o fortalecimento da agricultura familiar exige uma abordagem sistêmica que considere dimensões produtivas, organizacionais, territoriais e políticas, oferecendo subsídios estratégicos para políticas públicas mais eficazes, inclusivas e sustentáveis.

Referências

Aquino, J. R. D.; Gazolla, M.; Schneider, S. Dualismo no campo e desigualdades internas na agricultura familiar brasileira. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 56, p. 123-142, 2018.

Azevedo, F. F.; Pessôa, V. L. S. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no Brasil: uma análise sobre a distribuição regional e setorial dos recursos. **Sociedade & Natureza,** v. 23, p. 483–496, 2011.

Bacelar, T.; Favareto, A. O papel da agricultura familiar para um novo desenvolvimento regional no Nordeste–uma homenagem a Celso Furtado. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 51, Suplemento Especial, p. 9-29, 2020.
BAGATTOLLI, C.; PEZARICO, G. Tecnologia Social: apropriações conceituais e implicações políticas. **Revista InterAção**, Santa Maria, v. 16, n. 1, p. 1–22, 2025. Disponível em: https://dx.doi.org/10.5902/2357797590666. Acesso em: 9 maio 2025.
Balsadi, O. V. Agricultura familiar e pluriatividade no Centro-Oeste. **Revista de Política Agrícola**, v. 18, n. 1, p. 98-117, 2015.
Barbosa, N.; Alves, A. Mulheres na agricultura familiar do semiárido norte-mineiro: divisão social do trabalho e gênero no Projeto Jaíba. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 24, n. 1, p. 142-160, 2013.
Bruno, R. Desigualdade, agronegócio, agricultura familiar no Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 24, n. 1, p. 142-160, 2016.
Ceretta, G. S. et al. Circuitos produtivos e a participação da agricultura familiar na suinocultura brasileira. **Revista de Geociências do Nordeste**, Caicó, v. 11, n. 1, p. 169–179, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.21680/2447-3359.2025v11n1ID35337. Acesso em: 9 maio 2025.
Chidichima, A. C. Industrialização de tilápias: agregação de valor para uma cadeia emergente da agricultura familiar. **Revista Brasileira de Agroindústria**, v. 12, p. 123-135, 2014.
Da Silva, C. P.; Lavratti, E. C.; Niederle, S. L.; Cerveira, R. Da interpretação da realidade à gestão: os desafios da ATER em assentamentos do estado de São Paulo. **Brazilian Journal of Animal and Environmental Research**, vol. 8, no. 2, e78928, 2025.
De Araújo, A. L.; Canteri, M. H. G.; Bittencourt, J. V. M. Agricultura familiar e o impacto do Covid-19 aos programas de políticas públicas - PNAE e PAA. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 12, p. 123–135, 2021.
Elgammal, I.; Baeshen, M. H.; Alhothali, G. T. Entrepreneurs' responses to COVID-19 crisis: a holistic dynamic capabilities perspective in the Saudi food and beverage sector. **Sustainability**, v. 14, n. 20, p. 13111, 2022.
Fernanda de Jesus, A.; Triques, M. L.; Santarem Segundo, J. E.; Albuquerque, A. C. Processamento de linguagem natural e machine learning na categorização de artigos científicos: um estudo em torno do "patrimônio cultural". **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 16, n. 1, 2023.
Filho, P. H.; Andrade Tronco, I.; Andrade Tronco, V.; Montebello, A. E. S. Agricultura familiar, resiliência e covid-19: análise SWOT nos estados de São Paulo e Minas Gerais. **Revista Grifos**, v. 31, n. 57, p. 01–22, 2022.
Flick, U. **Qualidade na pesquisa qualitativa: coleção de pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Bookman Editora, 2009.
Flick, U. Challenges for qualitative inquiry as a global endeavor: Introduction to the special issue. **Qualitative Inquiry**, Vol. 20, No. 9, pp. 1059–1063, 2014.
Franzoni, G. B. **Inovação social e tecnologia social: o caso da cadeia curta de agricultores familiares e a alimentação escolar em Porto Alegre/RS**. 2015. 146 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
Hair, H. J. Outcomes for children and adolescents after residential treatment: A review of research from 1993 to 2003. **Journal of Child and Family Studies**, v. 14, p. 551-575, 2005.

Ipolito, A. L. M. et al. Análise dos impactos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) sobre a Agricultura Familiar no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural,** Brasília, v. 63, e289972, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1806-9479.2025.289972. Acesso em: 9 maio 2025.

Jesus, A.; Triques, M. L.; Santarem Segundo, J. E.; Albuquerque, A. C. Processamento de linguagem natural e *machine learning* na categorização de artigos científicos: um estudo em torno do "patrimônio cultural". **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 16, n. 1, 2023.

Junior, V. J. W. A distribuição espacial dos resultados do Programa de Agroindustrialização da Agricultura Familiar. **Revista Avaliação de Políticas Públicas**, 2010, p. 39.

Matias, Átila. "**Região Centro-Oeste**"; **Brasil Escola**. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/brasil/regiao-centro-oeste.htm. Acesso em 04 de junho de 2025.

Minayo, M. C. S. **Importância da avaliação qualitativa combinada com outras modalidades de avaliação**. São Paulo. Atlas. 2011.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E DA AGRICULTURA FAMILIAR (MDA). Disponível em: https://www.gov.br/mda/pt-br. Acesso em: 12 maio 2025.

Ouro-salim, O.; Guarnieri, P. Sustainable food waste management: comparative study of NGO and restaurant practices in Brazil and Togo. **Review of Agricultural, Food and Environmental Studies**, p. 1–38, 2025.

Ouro-Salim, O.; Rosalem, V.; BA, S. A. C. Equilíbrio cooperativo e governança democrática: um novo paradigma cooperativo em face da crise de identidade. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**, v. 6, n. 11, p. 173–192, 2019.

PIRES, M. J. S. **A composição da estrutura de financiamento do Pronaf para a agricultura familiar no Centro-Oeste no período de 2013 a 2023: um longo caminho para o processo de comoditização?** Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2025. (Texto para Discussão, n.) 3080). Disponível em: https://doi.org/10.38116/td3080-port. Acesso em: 9 maio 2025.

Sambuichi, R. H. R. et al. O Programa de Aquisição de Alimentos como instrumento de estímulo às atividades econômicas da agricultura familiar brasileira. In: Santos, G. R. et al. (Org.). **Agricultura e diversidades: trajetórias, desafios regionais e políticas públicas no Brasil**. Brasília: IPEA, 2025. v. 2, cap. 9, p. 207–226. Disponível em: https://www.ipea.gov.br. Acesso em: 9 maio 2025.

Schneider, S.; Cazella, A. A.; Mattei, L. F. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. **Revista Grifos**, v. 30, n. 51, p. 12–41, 2021.

WEB. **Região Centro-Oeste**. (2025). Disponível em: https://www.coladaweb.com/geografia-do-brasil/regiao-centro-oeste. Acesso em 04 abr. 2025.

Yin, R. K. (2003). **Case study research: Design and methods. Thousand Oaks, CA**: Sage Publications. 5th ed. Thousand Oaks: Sage, 2009. (Applied Social Research Methods Series, v. 5).

Agradecemos ao **Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar** pelo financiamento da pesquisa.